



## EDUCAÇÃO ESPECIAL: ATUAÇÃO E FORMAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS QUE ACOMPANHAM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM MARABÁ-PA

Cleber Bomfim Sales<sup>1</sup>  
Kátia Cunha da Silva<sup>2</sup>

**Categoria:** Relato de Experiência

**Eixo Temático/Área de Conhecimento:** Serviços de apoio à escolarização inclusiva

### RESUMO

A educação inclusiva certamente é uma pauta importante no cenário atual. Para tanto, a educação especial tem um percurso um tanto dificultoso, considerando os cuidados que o poder público tem com a educação em geral. Desde os tempos mais longínquos, os problemas educacionais estão relacionados à falta de atenção Estatal em vários aspectos, sendo um dos mais comprometedores, a formação básica do profissional docente. Certamente esse aspecto reflete diretamente na formação dos estagiários que aqui é o cerne da nossa abordagem. Entender como se dá o processo de seleção, contratação e principalmente a sua atuação em campo é o nosso foco principal. Foi constatado, contudo, que o estagiário atua de modo comprometido em virtude da ausência de uma política de formação que lhe permita atuar de maneira satisfatória junta às crianças com deficiência. Observamos também, que o professor da sala comum é também um profissional limitado quando se trata de educação para pessoas com deficiência. Sobretudo, porque ambos (estagiário e professor) estiveram/estão sujeitos às mesmas condições de formação, bem como de atuação, considerando as várias falhas do Estado junto aos processos educacionais: estrutura, formação inicial e continuada, apoio didático e pedagógico, e claro valorização profissional dos profissionais docentes. Assim sendo, a educação especial caminha a passos lentos rumo a inclusão e transformação social.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Estagiário. Inclusão.

<sup>1</sup> Bacharel em Administração pela FACIMAB – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Marabá, graduando do curso de Pedagogia na UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, campus I, Marabá. E-mail: cleber.bomfimsales4@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Pedagogia na UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, campus I, Marabá. Katiacunha158@gmail.com



UNIFESSPA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ



## **1. INTRODUÇÃO**

O presente relato propõe evidenciar a respeito da Educação Especial: atuação e formação dos estagiários que acompanham alunos com deficiência em Marabá-PA. Ou seja, de “profissionais apoiadores” que tem por finalidade auxiliar os alunos com deficiência na condução de suas atividades estudantis, na sua interação e integração com o meio social em que vivem, bem como em todo o seu processo de desenvolvimento humano. Está organizado em quatro partes através das quais buscamos orientar o leitor na condução da leitura. Na primeira parte destacamos o tema em questão e frisamos a importância da temática enquanto discussão relevante, bem como sua finalidade no que tange ao processo de inclusão social.

Tem como objetivo principal conhecer a realidade prática sobre a atuação do profissional investigado enquanto este desempenha suas atividades, e, por meio de interpretações, entender como se dá seu processo seletivo e de formação. Busca também, como objetivos secundários, observar as seguintes questões: Como esse profissional está sendo contratado e treinado? Como se dá sua formação para atender crianças com deficiência? A ação docente cria leques de alternativas que atenderão os alunos considerando toda a sua diversidade e necessidade? O estagiário tem formação adequada para desenvolver a motivação, a capacidade de atenção, o interesse escolar e as prováveis estratégias próprias de aprendizagem do aluno (considerando a infraestrutura pedagógica ofertada pela escola)? Como esses estagiários se relacionam na prática com os estudantes com deficiência?

Analisar estas questões tem sua relevância fundamentada na necessidade de proporcionarmos discussões sistematizadas e embasadas por constatações encontradas na presente pesquisa. Bem como analisar as

ações em execução no processo educacional correspondente às pessoas com deficiência.

Na segunda parte, busca esclarecer o leitor quanto a metodologia utilizada na confecção do trabalho. Para tanto, expressa que a pesquisa foi organizada obedecendo a roteiro previamente estabelecido, iniciando com revisão bibliográfica, pesquisa de campo realizada através de entrevista semiestruturada com os estagiários, bem como a observação desses profissionais em pleno labor.

Como prosseguimento do trabalho, significando a terceira parte, descrevemos privilegiando por grau de relevância os relatos colhidos na entrevista, bem como os fatos observados em campo. Daí, analisamos a situação captada trazendo nosso entendimento sobre a situação com base em alguns construtos teórico que serviram de embasamento para a presente pesquisa.

Na parte final, por conta de nossas considerações, expressamos todo nosso entendimento considerando a situação encontrada. As entrevista e observações permitiram-nos fazer uma análise sobre a realidade estudantil das crianças com deficiência no contexto escolar.

Na vigência do mundo pós-moderno convivemos com uma constante mudança de paradigmas marcados pelo aperfeiçoamento das técnicas que causam as inovações no mundo sócio produtivo e também nos padrões de comportamento dos indivíduos. No campo social, um dos processos que pode ser denominado como novo paradigma é a nova forma como a sociedade vem interagindo com as pessoas com deficiência.

O Ministério da Educação tem proposto a educação de pessoas com deficiência de forma a promover sua inclusão na rede regular de ensino, aqui, especificadamente, estamos tratando das crianças com deficiência, uma proposta de análise sobre a atuação e formação dos estagiários que assistem

profissionalmente a criança com deficiência. Fato este que exige recursos complementares específicos para que se concretize essa política de atendimento, fundamentando-se na Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2007) e nos princípios básicos que norteiam a educação especial, quais sejam: normatização, inclusão e individualização.

Uma das alternativas para dinamizar e desenvolver essa inclusão consiste, principalmente, na produção de materiais didáticos relacionados com os conteúdos curriculares deste segmento (base curricular comum), sistemas aumentativos e alternativos de linguagens e códigos adequados ao ensino, na utilização de tecnologias assistivas, na atuação e qualificação de professores de áreas afins nas salas multifuncionais e outros recursos necessários ao processo de aprendizagem do aluno com deficiência.

Assim, a constituição de equipes de profissionais (estagiários, professores e coordenadores escolares) de várias áreas do conhecimento, para assistir às necessidades de aprendizagem dos alunos com deficiência é, a princípio, uma proposta de compreensão do fenômeno do multiculturalismo (SILVA, 2010) e não apenas uma resposta paliativa a seus efeitos.

Este embasamento vem consagrar os objetivos e as diretrizes estabelecidos na Política Nacional de Educação Especial no que concerne ao atendimento educacional especializado dos educandos em situação de deficiência compreendidos em sua dimensão não só educativa, mas também sociocultural, cujo objetivo é criar condições adequadas para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades e o preparo para o exercício da cidadania.

Essa abrangência da Educação Especial se converte de importância, uma vez que demonstra por parte dos educadores uma preocupação em assistir as Pessoas com Deficiência que nos precedentes históricos foram e até então, são em vários momentos, excluídas ou – quando muito – tratadas

de maneira inadequada e assistencialista, como salienta Mendes (2006). Nossa preocupação reflete o compromisso dos educadores em democratizar as oportunidades educacionais, construindo uma nova sociedade primada por elementos substanciais de inclusão social e valorização das multiplicidades.

Nesse contexto, Mendes (2010), as perspectivas da educação especial no Brasil estão condicionadas às precariedades e contradições estruturais e políticas do sistema de ensino.

São notórios os avanços, mas estes poderiam ser bem mais substanciais se as ações e políticas desenvolvidas no campo da Educação Especial estivessem em consonância com as políticas sociais mais amplas e com as políticas do próprio sistema de ensino que, por sua vez, deve estar em sintonia com os ideais de bem comum da sociedade. Como por exemplo, direito a uma educação pública e de qualidade.

A formação dos profissionais para atuarem na modalidade de educação especial é fundamental para a efetivação democrática da educação inclusiva. Este mediador precisa dominar as tecnologias (recursos didáticos e tecnologias de comunicação e informação) além das metodologias específicas que facilitam o trabalho com os alunos que possuem necessidades educacionais especiais. Precisa ainda, flexibilizar a prática pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento, trocar experiências com profissionais especialistas em educação especial, etc.

A Convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência (ONU, 2007) trouxe algumas inovações para o sistema normativo legal brasileiro, dentre elas, como disposto no §3º do art. 5º da Constituição Federal de 1988, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, (2004), a garantia de que os tratados e convenções internacionais que o Brasil ratificar, com aprovação no congresso nacional de quórum qualificado obterá status de Emenda Constitucional. O quórum qualificado corresponde à aprovação em

dois turnos na Câmara e no Senado Federal, por três quintos de votos de seus respectivos parlamentares (SALES, 2016). Portanto:

[...] em 2008 e por intermédio do decreto legislativo 186, o congresso aprovou essa convenção com o quórum qualificado equivalente aos das emendas. Com isso a Convenção sobre os Direitos das PcD, tornou-se o primeiro diploma legal internacional de direitos humanos recepcionados pelo Brasil com caráter de Emenda Constitucional. Em 2009, esse diploma fora regulamentado pelo decreto federal nº 6.949. (SALES, 2016, p. 41).

Inerente aos princípios fundamentais, a convenção (art. 3º) vem se valorando com vários daqueles dotados de uma máxima efetividade e que já se encontravam encartados na nossa Carta republicana atual, podemos ilustrar o princípio da dignidade, da liberdade, da cidadania, igualdade, etc. O princípio da igualdade encontra-se manifestamente inclinado para os preceitos de “igualdade de oportunidade”, que axiologicamente falando, se materializa com a acessibilidade.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa (SILVEIRA & CÓRDOVA, 2009), aja vista que nos preocupamos com o nível de compreensão das pessoas com deficiência a respeito do seu processo de educação e inclusão social. A pesquisa qualitativa possibilitou a análise e compreensão dos dados, viabilizando o aprofundamento no estudo desse caso, ao mesmo tempo em que busca meios para compreender a problemática em questão. Segundo Gerhardt, (2009, p. 31):

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

Nossa investigação foi de caráter exploratório e descritivo, composta por revisão bibliográfica e entrevista através de questões semiestruturadas com os profissionais (estagiários) envolvidos com a prática educacional das crianças com deficiências (SILVEIRA & CÓRDOVA, 2009), buscando conhecer e analisar a atuação e formação dos estagiários que acompanham alunos com deficiência no espaço escolar.

O foco atribuído aos profissionais atuantes na educação das crianças com deficiência é compreender como a ação prática dos referidos profissionais impactam nas atividades educacionais direcionadas aos alunos com deficiência. O trabalho realizado obedeceu a roteiro previamente estabelecido e cronologicamente deu-se da seguinte forma: 1ª fase - levantamento bibliográfico e pesquisa de campo - entre 06/06 à 10/08/2017. Na segunda fase - análise e interpretação dos dados, bem como a confecção do relatório de pesquisa – ocorreu entre 11/08 à 22/09/2017.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Por ocasião da nossa pesquisa constatamos que os relatos iniciais apontaram positivamente para uma questão relevante “A educação inclusiva”. No entanto, a forma como é tratada a educação no Brasil deixa-nos um tanto pessimistas quando se trata do tema. Sobretudo, quando se ensaia modelos a respeito da inclusão educacional (MENDES, 2010). É sabido que a atenção com a educação é precária, e que as condições estruturais das escolas são facilmente observáveis nesse sentido.

O imprevisto com relação à preparação de profissionais por vezes frequenta os nossos ambientes educacionais. Nos relatos dos entrevistados foi observado que os mesmos não receberam formação específica para atuarem na função, eram apenas instruídos superficialmente por meio de treinamentos básicos e/ou palestras de ambientação da função. Algo aquém do que realmente precisam para desempenhar suas atividades com a qualidade que se espera em uma instituição educacional.

A Sala de Recurso é um ambiente de apoio ao aluno com deficiência. Contudo, fora constatado durante as observações que este espaço escolar serve também como ambiente de mera distração do aluno com deficiência, horário em que este deveria está na sala comum, enquanto o direito de frequentar a Sala de Recurso vem sendo negligenciado pela família em alguns casos, dentre outros fatores.

Tendo a função de auxiliar o aluno com deficiência, o estagiário deveria dispor de meios técnicos e didáticos para atuar de forma eficiente. No entanto, a inexistência de uma formação continuada como pré-condição para o exercício da função, somado ao contexto histórico das inadequações da formação inicial e continuada do professor regente, simplesmente dificultam o auxílio, a formação, bem como a inclusão de pessoas com deficiência.

Neste sentido, evidencia-se que os professores (sem querer responsabiliza-los) acabam trabalhando dentro de uma lógica de exclusão promovida pelo Estado.

Diante da situação exposta o estagiário recorre com frequência aos professores da sala de recurso como a única fonte de orientação, que no âmbito da inclusão educacional não é propriamente um avanço e sim meios paliativos de educação (ARANHA, 2004).

As necessidades de auxílio e cuidado que tem as pessoas com deficiência certamente norteiam os esforços da sociedade educacional em prestar-lhes atendimento digno e de qualidade no âmbito da escola. No entanto, os únicos critérios identificados pela pesquisa foi que o estagiário fosse estudante de Pedagogia ou Letras. Certamente esses são critérios relevantes, já que se trata de Licenciaturas diretamente ligadas à educação. Porém, entendemos que apenas esses critérios seriam insuficientes para atender a demanda trabalhada, considerando os diversos tipos de deficiências, assim como a complexidade das mesmas.

A questão da precariedade da educação envolve certamente muitos fatores, sem sombra de dúvidas que todos eles estão relacionados com as questões



políticas que envolvem o setor, leiam-se políticas públicas educacionais. Nota-se, neste sentido, ausência marcante do poder público que deveria subsidiar o ensino básico, fundamental, médio e superior, submetendo o espaço escolar a improvisos, bem como a subutilização das atividades educacionais de seus colaboradores (GENTILI, 2013).

As observações realizadas no local evidenciaram várias situações que dificultam o trabalho do estagiário. Não raro, tem sua função desviada do auxílio à pessoa com deficiência para prestar suporte ao professor da sala, ajudar o professor com o restante da turma. Mais uma vez, caracteriza-se a ausência do poder público no trato com a educação: sala de aula superlotada, dentre outras, torna os professores limitados para desenvolver de forma eficaz suas tarefas, fazendo com que o estagiário desempenhe dupla função, limitando o apoio ao aluno com deficiência. Ou seja, desvirtua-o de sua função primária, comprometendo os avanços educacionais das crianças com deficiência.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos fatos, entendemos que a atuação dos estagiários que auxiliam crianças com deficiência no contexto da escola investigada é comprometida em virtude das causas observadas: falta de formação adequada do estagiário, falta de formação inicial adequada, assim como uma formação continuada que permita envolvimento significativo por parte do professor da sala comum, falta de estrutura física escolar e apoio pedagógico aos profissionais já citados, dentre outras questões.

Com base na observação, nota-se que o estagiário não está sendo assistido por uma política de formação na perspectiva da educação inclusiva, sendo direcionado à função com base apenas em critérios técnicos, a saber: ser graduando de Pedagogia ou Letras, sendo selecionado pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE. O que de certa forma, não lhe favorece como profissional habilitado

para atuar. Sobretudo, em situações delicadas, tal como o ensino às pessoas com deficiência.

Apesar dos avanços, a precarização da educação como um todo tem sua situação prática e imagem agravada quando debruçamos nossas atenções para a educação especial com foco na inclusão social das pessoas com deficiência. Primeiro porque os “avanços” ainda são permeados de medidas assistencialistas, e como já destacamos, não podemos considerar de modo algum que medidas de contenção da segregação possam ser vistas como crescimento educacional e inclusão.

Entendemos que para a efetivação da inclusão social no âmbito educacional, social precisamos avançar com as políticas públicas educacionais, olhar criticamente para a formação inicial e continuada do profissional docente, esteja este numa condição de regente de sala ou de estagiário junto ao professor na sala comum. Este último, por sua vez, precisa ser visto não como um mero cuidador de pessoas com deficiência, tampouco como um suporte de apoio ao professor para com este repartir as atribuições de sala, mas como um discente do ensino superior que certamente estará na condição de professor em sala de aula num período próximo. E, para tanto, sua formação inicial, bem como sua experiência ao acompanhar alunos com deficiência seja de fato bem assistida pelos recursos do Estado.

Procurando suprir necessidades urgentes, com treinamentos superficiais e incompletos, estagiários e professores estão sujeitos a situações de improvisos constantes numa função que necessita de toda capacitação e suporte possível. Ao invés disso o poder público necessita alcançar a formação de base deste profissional com o intuito de diminuir suas dificuldades na execução da atividade docente, principalmente numa situação de clara complexidade como a educação de pessoas com deficiência. Neste sentido, a Educação jamais poderia ser improvisada. Pois, um país que improvisa na educação está na contra mão da inclusão e da transformação social.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, M.S.F. **Educação Inclusiva: Transformação Social ou Retórica.** In: Sadao Omote. (Org.). *Inclusão: intenção e realidade.* 1ª ed. Marília (SP): FUNDEPE, 2004.

**Centro de Integração Empresa Escola.** Disponível em: [http://www.ciee.org.br/portal/institucional/uni\\_b.asp?u\\_search=AM](http://www.ciee.org.br/portal/institucional/uni_b.asp?u_search=AM). Acesso em 16/09/2017.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. In: Pablo Gentili. (Org.). *Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.* Tradução: Vânia Pegamini Thurler e Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: 19ª ed., Vozes, 2013, v., p. 215-237.

GERHARDT, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. (Série Educação a Distância).

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação.* v. 11, n.33, set.,-dez., 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve Histórico da Educação Especial no Brasil. *Revista Educación y Pedagogia,* vol. 22, n. 57, mayo-agosto, 2010.

SALES, Edinaldo Bomfim. **A acessibilidade como direito fundamental.** Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Direito. Instituto de Estudos em Direito e Sociedade. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá-PA, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença,** 2010. Disponível em: <http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF>. Acesso em 15/06/2017.

SILVEIRA, D. T. & CÓRDOVA, F. P. **A pesquisa científica e da diferença,** 2009.